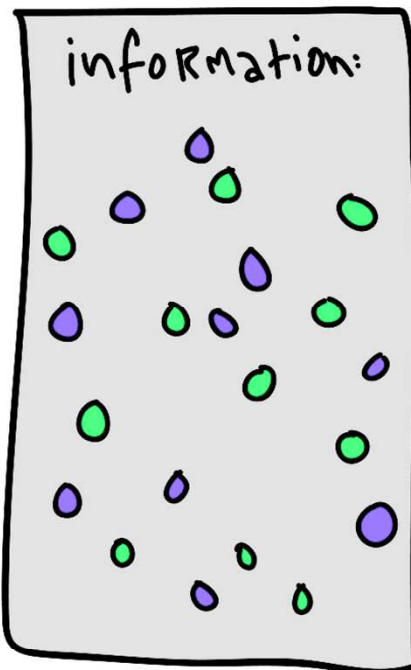
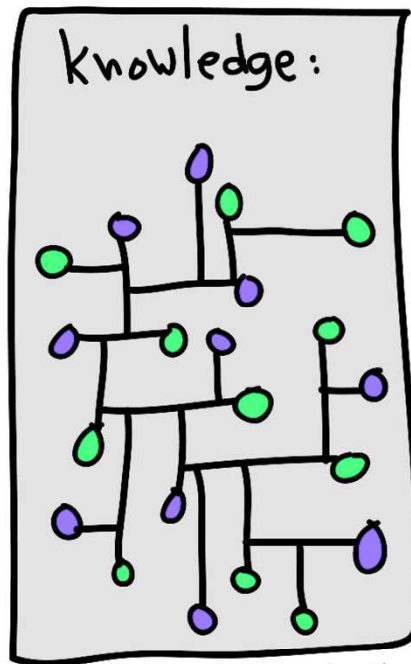


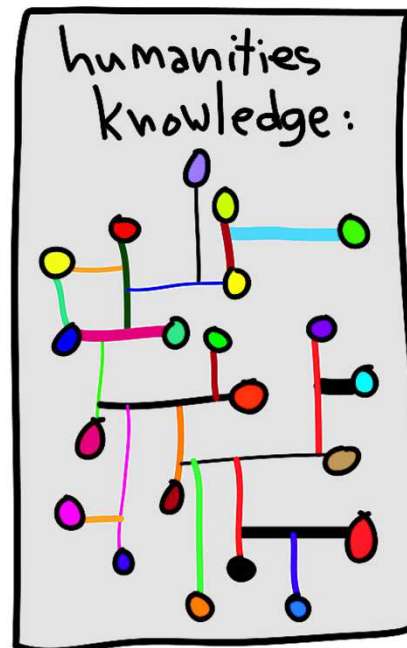
@bestqualitycrab



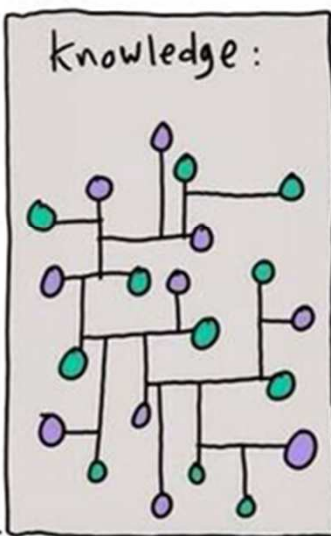
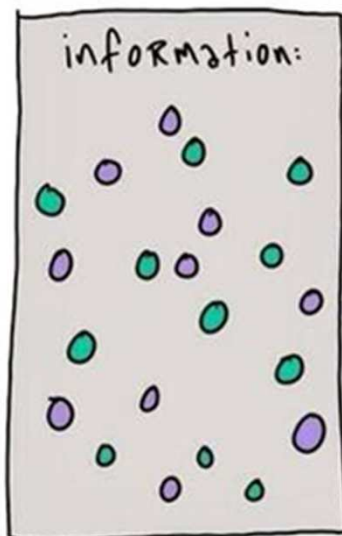
@gapingvoid



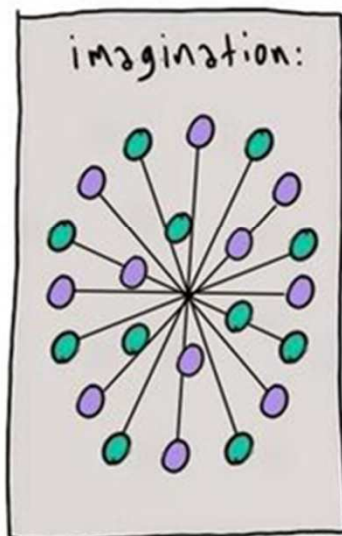
@gapingvoid



@bestqualitycrab



@gapingvoid



@brandjoe

# Licenciatura em Engenharia Florestal

## UC: *Políticas e Projectos Florestais*

---

Módulo III – Contexto e actores sociais na política florestal portuguesa

### Tema 1 – Políticas Públicas: uma introdução

- a) Políticas públicas e regulação das actividades económicas***
- b) O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação***

Responsável: *Isabel Rodrigo*

## Tema 1 – Políticas Públicas: uma introdução

### *a) Políticas públicas e regulação das actividades económicas*

## **INTRODUÇÃO: *Políticas públicas e regulação das actividades económicas***

Como se sabe, os mercados regulam o comportamento dos agentes económicos.

Por exemplo, um aumento da procura de pêra por parte dos consumidores:

Faz, primeiro, subir o preço da pêra no consumidor;

Sobe, depois, o preço no produtor;

Se o aumento do preço for sustentado no tempo, os agricultores reagem plantando mais pomares;

Os restantes **agentes da fileira** (cooperativas, grossistas ...) investem também em novas estruturas de transporte, armazenamento, frio, calibragem e embalagem;

Os grandes retalhistas informam os produtores e os outros agentes da fileira sobre as variedades de pereira a plantar, os calibres preferidos pelos consumidores, etc., orientando assim os investimentos a montante na fileira.

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- Todos estes ajustamentos ,ao aumento da procura pelo consumidor final, resultam do aumento do preço da pêra no mercado.
- **O mercado regula**, assim, de forma automática, **o comportamento de um grande número de agentes económicos** – levando-os a fazer, de modo coordenado, o que é necessário fazer, por exemplo, para satisfazer uma nova necessidade.
- Depois de todos estes ajustamentos automáticos, poderemos observar (no nosso exemplo):
  - Um aumento da oferta de pêra;
  - Uma série de investimentos pelos diversos agentes da fileira;
  - Uma expansão da área de pomar (mudança no uso do solo), com eventuais efeitos ambientais e/ ou territoriais;
  - A criação de emprego, ao nível da produção/território, bem como da fileira no seu conjunto

## INTRODUÇÃO: *Políticas públicas e regulação das actividades económicas*

- **O mecanismo dos preços**, sobretudo nos mercados concorrenciais, **permite assim regular, de modo aparentemente automático**:

- o comportamento de milhares de agentes económicos,
- os territórios (uso do solo, economia rural) onde a produção tem lugar e ainda
- a fileira produtiva no seu conjunto.

- Mas há muito mais do que regulação automática pelo mercado, mesmo no nosso exemplo simplificado:

- Por um lado, as grandes empresas da distribuição têm **políticas activas de qualidade e marketing**, que impõem normas aos restantes agentes da fileira (calibres, variedades, embalagem, rastreabilidade, utilização de químicos na agricultura ...), de modo a obter um produto mais próximo das preferências do consumidor, e assim vender mais;

- Por outro lado, **o estado** intervém activamente nos mercados, apoiando o investimento dos agentes da fileira e definindo regras de segurança alimentar e restrições ao uso do solo (ordenamento do território/ambiente), através de uma série de **políticas públicas**, que prosseguem **objectivos** próprios.

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- **As políticas públicas nascem** da percepção da existência de problemas que **requerem a intervenção do estado**;
- Por exemplo:
  - A política agrícola comum (PAC) nasceu, no fim dos anos 50, da percepção generalizada da necessidade de desenvolver a produção agrícola, numa Europa destruída pela Guerra, para assegurar o abastecimento dos consumidores, a preços razoáveis, e um rendimento justo para os produtores;
  - A moderna política de ambiente nasceu, na maior parte das sociedades industrializadas, da preocupação crescente das classes médias com a sua qualidade de vida (quando o seu nível de vida era já elevado) e de uma percepção da degradação ambiental devida ao desenvolvimento urbano e industrial;
- Geralmente, uma série de **grupos de interesse** procuram influenciar
  - a definição do problema a resolver e
  - as medidas a tomar.
- Procuram depois pressionar o estado para tomar essas medidas.
- Por exemplo, o movimento ambiental teve uma influência central na nossa percepção dos problemas ambientais e na configuração daquilo a que agora chamamos a política ambiental.

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- O **estado** detém, em exclusivo, poderes que podem ser essenciais para resolver os problemas em causa:
  - o poder de definir normas e impô-las aos agentes económicos, sociais e administrativos, alterando os seus direitos e deveres, através da lei e dos regulamentos (legislativo e regulamentador);
  - o poder de cobrar impostos (fiscal) e o de aplicar os fundos deles resultantes (orçamental) nas mais diversas políticas públicas (educação, saúde, segurança social, subsídios aos agricultores, apoios à inovação e competitividade, etc.).
- É por isso que a intervenção do estado pode aparecer como necessária para resolver um determinado problema.
- É por isso que os grupos de interesse pressionam o estado para tomar medidas (ou não as tomar).
- As políticas do estado têm portanto determinados **objectivos** (por exemplo, assegurar um rendimento aos agricultores, proteger o ambiente, ...), os quais estão relacionados com o problema a resolver;
- Para atingir esses objectivos, o **estado** elabora e aplica medidas de política, como, por exemplo, preços garantidos aos produtores, ajudas ao investimento, normas ambientais de produção,...).



## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- Por exemplo o estado pode impôr à indústria determinadas normas de emissões para proteger o ambiente.
- *Haverá ganhadores* com a política (por exemplo, os moradores de uma determinada área, ou os utilizadores de água que estava poluída).
- *Haverá também perdedores* (a indústria que verá os seus lucros reduzidos e, eventualmente, os consumidores, que verão os preços dos bens aumentar, reflectindo assim o aumento dos custos para a indústria).
- *Estes diversos grupos terão percepções diferentes do problema ambiental a resolver e das consequências da intervenção estatal;*
- Pressionarão pois o estado a agir em direcções contrárias (por exemplo, um grupo ambientalista acentuará os efeitos negativos para a saúde humana de o estado não intervir; a indústria poderá sublinhar, pelo contrário, as consequências de uma política ambiental mais ambiciosa em termos de falência de empresas, perda de postos de trabalho e preços mais altos para o consumidor).
- Finalmente o **estado** terá de decidir (obviamente, não fazer nada será sempre uma opção possível)

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- Uma vez decidindo intervir, o **estado** organiza-se para preparar, adoptar e aplicar determinadas políticas públicas (isto é: **conjuntos de objectivos a prosseguir e medidas a aplicar**); estas políticas serão depois sujeitas a avaliação.
- Para preparar, adoptar, aplicar e avaliar políticas, o **estado** consulta, mais ou menos frequentemente, os interessados; cria organismos públicos de concepção, implementação e/ou avaliação; e submete, frequentemente, as políticas a processos parlamentares de decisão, acompanhamento e avaliação.
- De seguida, analisa-se o modo como as políticas públicas são elaboradas, adoptadas, aplicadas e avaliadas, isto é o processo das políticas.
- Este processo determina frequentemente o conteúdo concreto e o **grau de eficácia das políticas**, ou seja: o que as políticas públicas são e conseguem depende de como são feitas e conduzidas.

## INTRODUÇÃO: *Políticas públicas e regulação das actividades económicas*

- **A avaliação** é uma **etapa fundamental** do processo das políticas **porque permite**:
  - 1) analisar os resultados obtidos;
  - 2) verificar se estes atingem os objectivos prosseguidos (eficácia).
- **Esta informação é decisiva para**:
  - concluir sobre a adequação da política adoptada,
  - prestar contas sobre os resultados obtidos a partir dos recursos financeiros utilizados e das normas impostas aos agentes económicos e sociais (cabe ao estado utilizar os poderes que detém em nome do interesse público, mas também explicar como os utiliza e prestar contas sobre os resultados obtidos);
  - propôr mudanças com vista à melhoria das políticas e sua eficácia; a avaliação permite, assim, aprender fazendo e melhorar continuamente o modo de fazer.

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

### **Definição de avaliação**

**A avaliação é** uma actividade que envolve a aplicação sistemática da teoria, dos métodos e das técnicas das ciências sociais para identificar e apreciar os processos e impactes das políticas e programas governamentais. Pode ser conduzida *ex ante* ou *ex post*, secretamente ou no domínio público, por organizações governamentais ou não governamentais. (Pollitt 1993 citado por Winter 1996)

De modo mais operacional, “avaliar uma política pública é pronunciar-se sobre o seu valor face a determinados critérios explícitos e com base em informação (documental e outra) explicitamente recolhida e analisada para esse efeito.” (Comissão Europeia 1999).

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- **A avaliação faz-se com objectivos práticos e tem consequências práticas**

A avaliação **não** é um exercício meramente intelectual, académico ou científico: **ANTES** faz parte do processo das políticas, tal como a formulação, a adopção e a implementação de políticas.

Assim, se uma avaliação chega, por exemplo, à conclusão de que uma política não está a ser eficaz na prossecução dos seus objectivos, isso poderá ter consequências para o futuro dessa política:

- os defensores da política argumentarão que a falta de eficácia se deve à falta de meios, e defenderão a afectação de mais meios à política em causa para a tornar eficaz;
- os detractores da política em causa defenderão a eliminação da política para poupar dinheiro aos contribuintes ou custos económicos injustificados para as empresas.

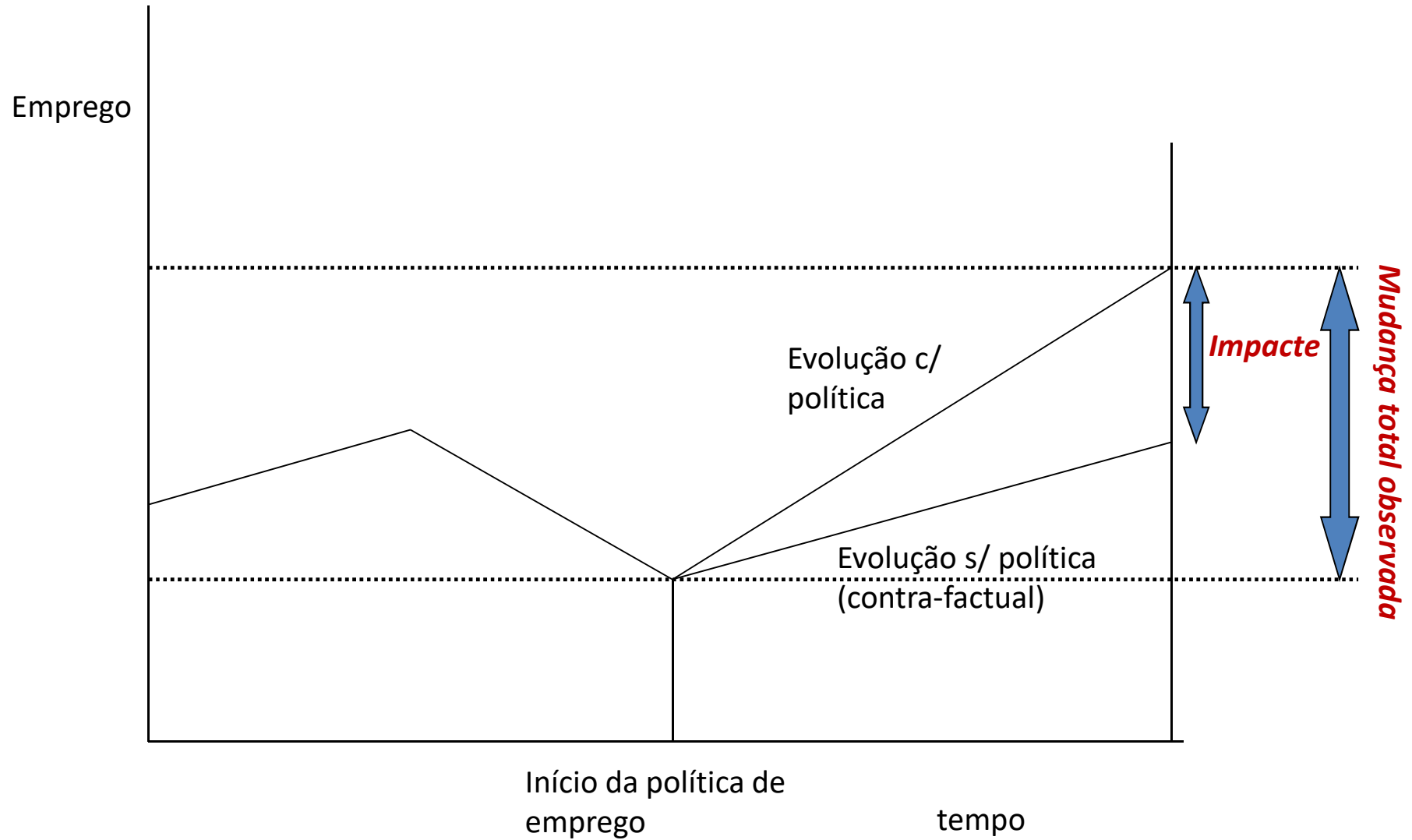
## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- A **eficácia** é, pois, um critério de avaliação de políticas públicas.
- **O que é a eficácia?** É o grau em que os objectivos visados estão a ser obtidos.
- A **eficácia** pode ser analisada ao nível
  - dos objectivos globais / impactes (as mudanças visadas na economia, na sociedade e/ou no ambiente estão a ser obtidas? Está o desemprego a diminuir de acordo com a meta estabelecida? Está a produtividade a aumentar ao ritmo visado? Está a qualidade ambiental a melhorar de acordo com os objectivos traçados?)
  - dos objectivos específicos / resultados (que mudanças imediatas foram provocadas pela política? Qual a redução do tempo de percurso conseguida com uma nova via rápida? A diferença face aos impactes é que estes últimos pressupõem uma série reacções do sistema socioeconómico à política aplicada – requerem, portanto, maior tempo de maturação: um impacte será, neste exemplo, o nível de desenvolvimento registado na área servida pela nova via rápida)
  - dos objectivos operacionais / realização (ou seja, o que resultou directamente da acção do estado? Quantos Km de auto-estrada construída? Corresponde isto ao programado? Quantos agricultores contratados para um programa de conservação da natureza? Quantas consultas médicas prestadas? Quantos alunos servidos?)

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- **A avaliação da eficácia requer** imputar os efeitos observados à política em causa, isto é: distingui-los dos efeitos devidos a outras causas (mudanças nos mercados, outras políticas...) actuantes durante o mesmo período.
- Assim, quando desejamos analisar o impacte de uma política, o que temos é geralmente uma mudança, por exemplo, no emprego, no nível de qualidade ambiental, ou no nível de vida de uma comunidade rural, que pode ser em parte devida a outros factores.
- O impacte da política não representa senão uma parte do total de mudança observado. Ver gráfico na página seguinte.
- **O impacte da política é** assim uma medida do afastamento entre a evolução real constatada na sequência da aplicação da política (*policy on*) e uma evolução fictícia reconstruída para o caso (contra-factual) em que a política não tivesse sido aplicada (*policy off*).
- A evolução contra-factual é reconstruída mantendo a evolução real de todos os outros factores (preços, outras políticas ...) susceptíveis de produzir efeitos na variável de impacte analisada; esta evolução traduz assim o efeito desses outros factores, na ausência da política que se está a avaliar.

# INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas





## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

### **Principais aspectos a reter:**

- As políticas públicas nascem da percepção, mais ou menos generalizada na sociedade, da existência de problemas a resolver.
- Tem também de haver um entendimento de que estes problemas só podem ser resolvidos com a intervenção do estado, ou seja a solução dos problemas passa pela utilização dos poderes do estado para legislar, regulamentar, cobrar impostos e aplicar as receitas deles resultantes (poderes legais, regulamentares, fiscais e orçamentais)
- **Para que surja uma política pública não basta que exista um problema e que a solução desse problema implique a acção do estado.**
- É também necessário que alguém defina o problema, proponha medidas para a sua solução e pressione o estado para que tome essas medidas. É esse o papel dos grupos de pressão.
- As medidas a adoptar pelo estado gerarão grupos de ganhadores e grupos de perdedores.
- Estes diversos grupos terão, naturalmente, uma percepção diferente do problema a resolver e das consequências da intervenção estatal.

## INTRODUÇÃO: *Políticas públicas e regulação das actividades económicas*

### Principais aspectos a reter:

- Assim, vão pressionar frequentemente o estado a agir em sentidos contrários.
- Finalmente o estado terá sempre de decidir (por exemplo, não fazer nada).
- Uma vez decidindo intervir, o estado organiza-se para preparar, aprovar, aplicar e avaliar determinadas políticas públicas (as quais incluem objectivos a prosseguir e medidas a aplicar para os atingir).
- Para preparar, aprovar, aplicar e avaliar políticas, o estado
  - cria organismos públicos de concepção, implementação e/ou avaliação de políticas;
  - consulta frequentemente os interessados e seus grupos para obter: (1) informação, para desenhar medidas adequadas, e (2) legitimidade, para conseguir depois aplicar as medidas no terreno
- Neste ponto e, sobretudo, no seguinte, veremos como as políticas públicas são preparadas, aprovadas, aplicadas e avaliadas, isto é o **processo das políticas**.
- **Porquê? Porque** o que as políticas públicas são (objectivos e medidas) e conseguem (eficácia) depende de como são feitas e conduzidas.

## **INTRODUÇÃO: *Políticas públicas e regulação das actividades económicas***

### **O que é, então, uma política pública?**

Existem diversas tentativas para definir em que consiste uma política pública (Winter 1996):

1) “uma política é como um elefante – reconhece-se logo que se vê, mas não se consegue defini-la facilmente” (Cunningham 1963: 229).

2) Por vezes, as políticas são estabelecidas através do articulado de uma lei, ou da regulamentação da mesma. Por vezes, surgem na forma de memorandos ou circulares. Mas, bastante frequentemente, resultam da prática dos organismos da administração pública ao lidar com determinado tipo de empresas, ou do modo como um ministro ou uma autoridade pública resolve um determinado caso individual. (Cunningham 1963: 229).

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

- 3) “Uma política pode ser utilmente considerada como um curso de acção ou de inacção, mais do que uma acção ou decisão específica.” (Hecló 1972: 85).
- 4) “Uma política é um conjunto de decisões interrelacionadas que dizem respeito à selecção de fins e de meios para os atingir numa situação específica.” (W. I. Jenkins 1978: 15).
- 5) “Existe toda a vantagem em encarar as políticas como teias ou redes de decisões e acções que têm lugar ao longo de um período de tempo (Winter 1996).

**A primeira afirmação** remete para a dificuldade de definir política pública.

**A segunda** sublinha a variedade dos meios através dos quais as políticas podem ser promulgadas.

**A terceira, quarta e quinta** definem política pública enquanto processo, isto é como algo dinâmico e mutável, mais do que uma única acção, decisão ou peça legislativa. Elas apontam pois para o estudo do processo das políticas.

## **Tema 1 – Políticas Públicas: uma introdução**

### ***b) O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação***

## INTRODUÇÃO: O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação

(de acordo com Winter 1996, com algumas adaptações)

“Encarar as políticas como teias ou redes de decisões e acções que têm lugar ao longo de um período de tempo” **implica:**

- Uma abordagem do *processo das políticas* diferente do (embora complementar ao) estudo do “direito” ou da “administração pública”.
- O *direito* fornece os detalhes de cada peça legislativa e a jurisprudência, a qual determina como diferentes peças de legislação devem ser combinadas e interpretadas.
- O estudo da “administração” [competências dos organismos, conceitos e procedimento administrativo...] mostra, entre outras coisas, como é que as leis são interpretadas e aplicadas, na prática, pelos diversos organismos da administração pública.

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

Indo mais longe do que o estudo do direito e da administração pública, **a análise do processo das políticas visa** esclarecer-nos sobre:

- as origens das políticas públicas;
- os interesses e posições negociais dos diversos indivíduos, nações, altos funcionários e grupos de pressão;
- as formas práticas de aplicação e gestão das políticas no terreno
- o modo como a aplicação no terreno, bem como os seus resultados, podem vir a influenciar futuras alterações das políticas. (Winter 1996, com adaptações).

Assim, “o objectivo da análise de políticas é interpretar as causas e consequências da acção do governo, com base em ideias vindas de uma pluralidade de disciplinas” (Ham e Hill 1993), tais como a ciência política, a economia, a sociologia, as ciências do ambiente, a história e a geografia.

Deste modo será possível melhorar as políticas existentes e desenhar, aprovar e aplicar melhores políticas no futuro.

## INTRODUÇÃO: O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação

(Winter 1996 com algumas adaptações)

- O slide seguinte representa **o processo das políticas**.
- Os *inputs* do processo são as pressões políticas e os recursos disponíveis. As exigências/pressões políticas da sociedade são expressas através dos partidos políticos, dos grupos de pressão, e dos resultados eleitorais, por exemplo.
- Estas pressões políticas combinam-se com os recursos disponíveis para o estado (financeiros, administrativos, ...), determinando decisões e, finalmente, a realização de políticas (regulamentação e controlo da poluição, construção de obras públicas, como estradas ou barragens, transferências financeiras/subsídios, prestação de serviços de saúde, etc.).
- Estas decisões e realização mudam, por sua vez, a sociedade (impacte) e conseqüentemente afectam as futuras exigências políticas, e, através da economia, os recursos disponíveis para futuros governos. O processo é pois circular e contínuo.



# INTRODUÇÃO: O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação

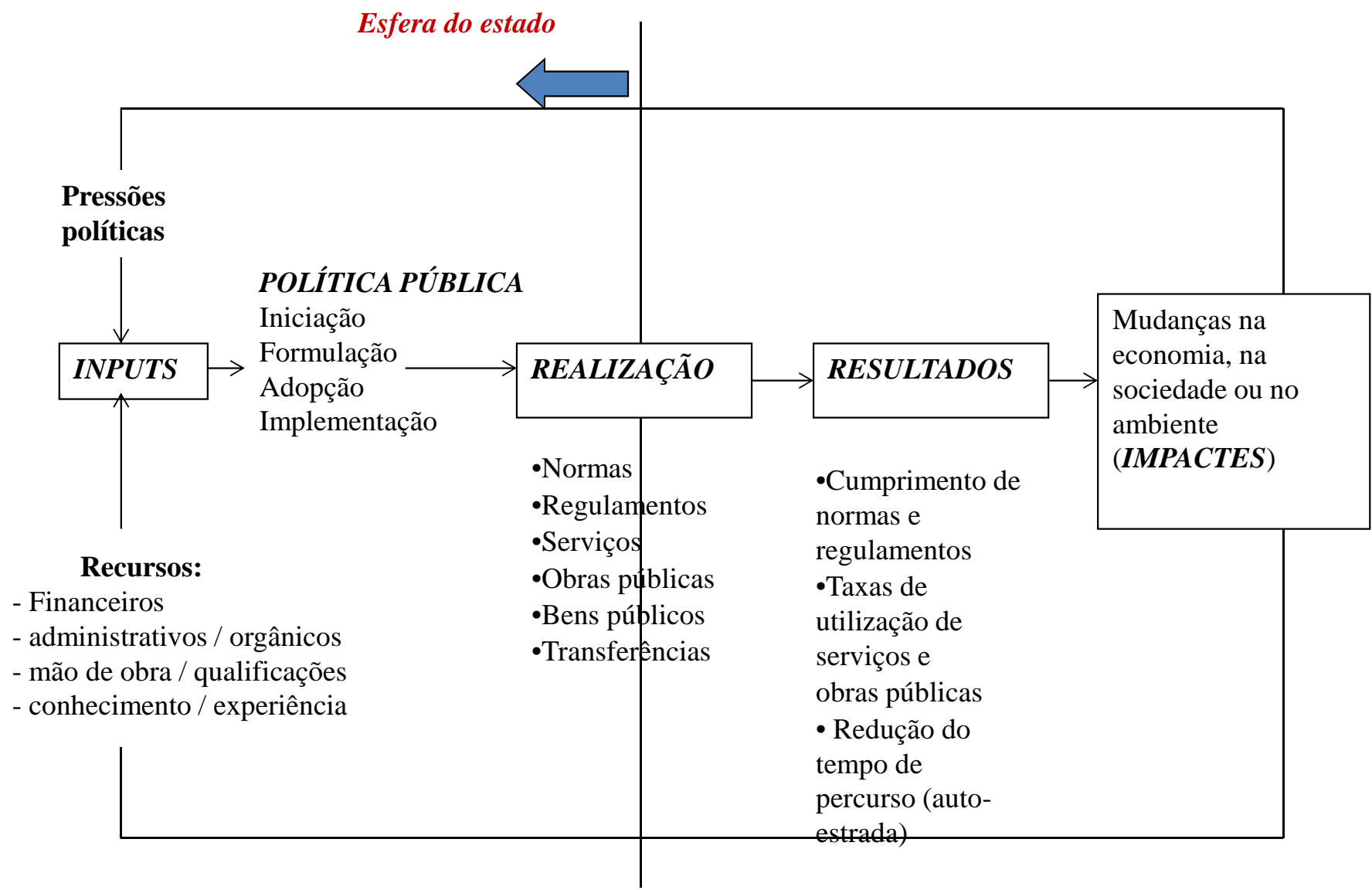


DIAGRAMA DO PROCESSO DAS POLÍTICAS (Winter 1996 adaptado)

## **INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação***

- Esta circularidade do processo das políticas é bem ilustrada com o exemplo da história de uma política, como a política agrícola comum (PAC).
- Voltar às 3 últimas definições de política pública (SLIDES 19 e 20)

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

### *Processo das políticas – exemplo da história da PAC*

O exemplo da história da Política Agrícola Comum (PAC) mostra-nos que o **processo das políticas é circular e contínuo** (rever slides seguintes).

- A PAC surge essencialmente para resolver os problemas económicos e sociais que decorriam de uma agricultura europeia destruída pela Guerra de 1939/45:
  - Dificuldades em abastecer os consumidores com regularidade e a preços razoáveis;
  - Baixos rendimentos dos agricultores, que constituíam então uma parte muito significativa da população.
- A PAC visava, pois, a resolução destes problemas através de um relançamento do investimento na agricultura e dos aumentos de produção (abastecimento alimentar) e de produtividade (rendimento dos agricultores) que este investimento geraria.
- Este relançamento foi estimulado através de uma garantia de preços aos agricultores e da protecção na fronteira face às importações a baixo preço provenientes de países terceiros.

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

### *Processo das políticas – exemplo da história da PAC*

- De facto, a oferta de produtos agrícolas está sujeita a grandes oscilações quanto mais não fosse por razões meteorológicas (secas, geadas, granizo ...), o que provoca também uma forte oscilação nos preços.
- Esta oscilação nos preços é uma barreira ao investimento, uma vez que os investimentos na agricultura só se pagam geralmente ao fim de uns anos (ver por exemplo o caso de um pomar, que só começa a produzir vários anos depois de plantado).
- As importações são também motivo de insegurança sobre os preços.
- Assim a PAC actuou defendendo os agricultores das incertezas do mercado, isto é: substituindo os mercados pelas políticas de preços na regulação da oferta de produtos agrícolas.

## **INTRODUÇÃO: O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação**

### ***Processo das políticas – exemplo da história da PAC***

- Os resultados não se fizeram esperar: os agricultores reagiram muito positivamente a esta segurança de preços, investiram e aumentaram a produção e a produtividade.
- Neste sentido, a PAC suportou e acelerou significativamente a expansão do modelo tecnológico químico-mecânico na agricultura, com a expansão do uso de adubos, pesticidas e máquinas, e com os resultantes aumentos espectaculares de produtividade do trabalho e da terra.
- O trabalho que era libertado pelos ganhos de produtividade ia sendo absorvido, ao longo dos anos 60 e início dos 70, pelo crescimento do emprego na indústria e serviços, então em forte ritmo de crescimento.
- Mas a PAC não tardou também em produzir os seus primeiros problemas. Ou seja,
- Não foi sem custos que se eliminou o mercado da regulação da oferta.
- Nos primeiros anos, o estado comprava os excedentes de produção ao preço mínimo garantido e depois vendia, nos anos de escassez de produção, defendendo assim também os consumidores face à subida de preços que tenderia a ocorrer nesses anos (regularização dos preços ao consumidor).

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

### ***Processo das políticas – exemplo da história da PAC***

- Os aumentos continuados de produção geraram, no entanto, depressa excedentes estruturais, isto é: deixaram de haver anos de escassez em que o estado pudesse vender. Acumularam-se os excedentes nos armazéns do estado: pilhas de cereais, pilhas de manteiga, pilhas de leite em pó...
- Os custos de armazenamento e conservação eram elevados. Os custos da PAC dispararam.
- Para reduzir os custos, a PAC passou a utilizar mais frequentemente outra medida: a subsídio das exportações, que garantia a chegada aos mercados externos, nomeadamente aos países em desenvolvimento, de produtos europeus muito abaixo do preço de custo.
- Os efeitos destrutivos sobre a produção local, nesses países, eram óbvios. Estes países começaram a ver a PAC como uma política de países ricos que destruía a agricultura dos países pobres, que não podiam pagar subsídios aos seus agricultores.
- Por outro lado e agora num mundo rico, em que a escassez de alimentos deixou de ser um problema, os consumidores começaram também eles a pressionar para o desmantelamento da PAC, já que esta mantinha preços artificialmente altos ao consumidor.

## INTRODUÇÃO: O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação

### *Processo das políticas – exemplo da história da PAC*

- A PAC estava a ser uma vítima do seu próprio sucesso.
- Assim, desde meados dos anos 80, a PAC tem vindo a ser alvo de sucessivas reformas (1987, 1992, 1999, 2003, 2007, ...), cujo sentido tem sido sempre o mesmo:
  - entregar a regulação da oferta de produtos agrícolas de novo ao mercado, deixando o estado de intervir na formação dos preços, para evitar os excedentes;
  - continuando, no entanto, o estado preocupado com o rendimento dos agricultores, já não via preços mais altos (custos para o consumidor) mas sim via pagamentos directos (despesa do estado, custos para os contribuintes).
- Mas havia também um conjunto de novos problemas gerados pelo sucesso da PAC, os quais não podiam ser resolvidos por simples entrega da agricultura de novo à regulação pelo mercado:
  - os impactes ambientais da agricultura intensiva em parte decorrentes da PAC, em parte do modelo tecnológico que ela ajudou a desenvolver;
  - a redução de emprego em zonas rurais, que decorria do aumento de produtividade do trabalho na agricultura e que acentuava os problemas de desemprego rural, sobretudo quando a indústria e serviços começaram a crescer mais devagar a partir de inícios dos anos 70.

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

### ***Processo das políticas – exemplo da história da PAC***

- A história da PAC ilustra bem a **circularidade do processo das políticas**:
  - um problema económico e social é definido enquanto tal por determinados grupos
  - que pressionam depois o estado para agir
  - o estado age
  - nasce uma nova política
  - a nova política resolve ou não os problemas iniciais,
  - mas além disso contribui também para a mudança social, criando frequentemente novos problemas e portanto uma nova agenda política
  - estes novos problemas são equacionados por outros grupos,
  - que pressionam, de novo, o estado para adoptar novas políticas ou mudar as suas políticas
  - nascem novas políticas ou velhas políticas são reformadas.
- O estudo do processo das políticas pode, assim, iniciar-se em qualquer das etapas do processo, por exemplo:
  - nas mudanças sociais, para ver como estas mudam os problemas, a agenda, as pressões e finalmente as políticas;
  - nas políticas adoptadas para ver como elas mudam a sociedade, a economia e/ou o ambiente.



## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

### ***Processo das políticas – exemplo da história da PAC***

- A história da PAC clarifica também algumas definições de política pública que vimos anteriormente, por exemplo:

“Uma política é um conjunto de decisões interrelacionadas que dizem respeito à selecção de fins e de meios para os atingir numa situação específica.” (W. I. Jenkins 1978: 15). E, por isso,

“Existe toda a vantagem em encarar as políticas como teias ou redes de decisões e acções que têm lugar ao longo de um período de tempo (Winter 1996).

## INTRODUÇÃO: *O Processo das Políticas: Decisão, Aplicação, Avaliação*

- O nosso diagrama do processo das políticas e a história da PAC, tal como foi aqui contada, dizem-nos, contudo, pouco acerca dos modos através dos quais as diversas pressões políticas entram na esfera do estado e como os grupos de pressão se articulam com o estado para produzir políticas.
- **Para compreender a influência dos interesses e dos grupos de pressão sobre o estado e as suas políticas, temos de analisar mais de perto, em cada caso:**
  - quais são os diversos interesses em presença?
  - quais os grupos e as pessoas em posição de influenciar as políticas?
  - como se relacionam com o estado? E ainda
  - como é que o estado lida com a pressão desses grupos, procurando:
    - envolvê-los o máximo possível na tomada de decisão e na aplicação das políticas decididas? Ou, pelo contrário, procurando
    - consultá-los apenas na medida do estritamente necessário para obter um mínimo de informação e legitimidade de que necessita para desenhar e aplicar políticas? Enfim
  - como é que o estado governa a sociedade, os interesses e os grupos de pressão através das políticas que decide e aplica? Como é que o estado mantém o controlo da sociedade? Como é que o estado regula os problemas resultantes das mudanças sociais e económicas?

# **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

**SEIS QUESTÕES A RESPONDER INDIVIDUALMENTE, por escrito e em duas páginas, no máximo**

**I)** Reportando-se ao Slide 6 e 7:

- a) Enumere algumas razões que, regra geral, estão subjacentes a uma Política Florestal Nacional ?
- b) Dê exemplos de grupos de interesses que podem/procuram influenciar a definição de Políticas Florestais Nacionais ? Justifique.
- c) Tendo como referência uma Política Florestal Nacional, na sua opinião quais são/devem ser
  - c1) os objectivos da mesma
  - c2) algumas medidas de política para atingir aqueles objectivos, E
  - c3) comente se os objectivos que enumerou afectam, de igual modo, os grupos de interesse que identificou em **a)**

**II)** O que entende por:

- a) processo das políticas públicas
- b) que implicações gerais tem este processo
- c) ilustre cada um dos pontos anteriores com a Política Florestal Nacional

**III)** A Avaliação é uma das etapas do processo das políticas públicas:

- a) diga em que consiste esta etapa
- b) enumere 3 aspectos relevantes desta etapa, justificando a importância “prática” de cada um dos aspectos que enumerar

## **INTRODUÇÃO: Políticas públicas e regulação das actividades económicas**

**SEIS QUESTÕES A RESPONDER INDIVIDUALMENTE, por escrito e em duas páginas, no máximo (conclusão)**

**IV)** A eficácia é, pois, um critério de avaliação de políticas públicas.

a) diga em que consiste este critério

b) diga a que níveis este critério pode/deve ser aplicado, justificando cada um dos níveis que enumerar

c) ilustre a sua importância, com referência à Política Florestal nacional e europeia

**V)** Com “espírito crítico” E “pensando” no caso concreto da Política Florestal nacional e europeia:

a) Diga o que entende por Política Pública

**VI)** Com base no Diagrama do Processo das Políticas (Winter 1996 adaptado), apresentado na aula, elabore um diagrama idêntico “adaptado” à política florestal nacional